

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA — RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS

LANDLESS WORKERS MOVEMENT – RESISTANCE AND ACHIEVEMENTS

*MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA – RESISTENCIAS Y
CONQUISTAS*

Camila de Andrade¹
Camilla Maria da Silva Florindo²
Gabrielle Fernanda Rocha Pinto³
Luana Vitória Bastos de Castilhos⁴
Glacielli Thaiz Souza⁵

Resumo

O presente artigo tem como objetivo retratar as lutas e conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em um contexto histórico de muita repressão, controle e genocídio sofrido pelos povos indígenas, negros, camponeses e, mais tarde, por aqueles que viriam a conformar o MST. Nessa análise foi possível observar que, durante toda a história, o Movimento tem lutado arduamente pela reforma agrária; com a sua expansão, foi necessário abordar outras pautas como, por exemplo, a educação no campo. O MST, através da educação, tem o propósito de mudar a visão pedagógica implantada. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, durante a qual foi possível constatar que os interesses da classe burguesa sempre foram favorecidos pelo Estado e são antagônicos aos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Dessa forma, os direitos legais do Movimento nunca foram efetivados; atualmente busca-se combater os retrocessos através da educação.

Palavras-chave: MST; movimento; luta; educação.

Abstract

This article aims to portray the struggles and achievements of the Landless Workers Movement (MST) through a historical context of much repression, control and genocide suffered by indigenous people, blacks, peasants, and, later, by those who would become part of the MST. In this analysis, it was possible to observe that, throughout history, the Movement fought hard for agrarian reform; with its expansion, it was necessary to address other agendas, such as education in the countryside. The MST, through education, has the objective of changing the pedagogical perspective implemented. The methodology used in this work was bibliographical research, during which it was possible to verify that the interests of the bourgeois class have always been favored by the State and are antagonistic to those of the Landless Workers Movement. Therefore, the Movement's legal rights were never implemented; currently, there is an attempt to combat setbacks through education.

Keywords: MST; movement; fight; education.

Resumen

Este artículo tiene el objetivo de retratar las luchas y conquistas del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en un contexto histórico de mucha represión, control y genocidio sufrido pelos pueblos indígenas, negros, campesinos y, más tarde, por aquellos que vendrían a conformar el MST. En este análisis, fue posible observar que, durante toda la historia, el Movimiento ha luchado arduamente por la reforma agraria; con su expansión fue necesario asumir otras pautas como, por ejemplo, la educación en el campo. El MST, a través de la educación, tiene el propósito de cambiar la visión pedagógica implantada. La metodología utilizada en este trabajo

¹ Graduando do curso de Serviço Social da UNINTER

² Graduando do curso de Serviço Social da UNINTER

³ Graduando do curso de Serviço Social da UNINTER

⁴ Graduando do curso de Serviço Social da UNINTER

⁵ Graduação em Serviço Social da UNIBRASIL. Especialização em Questão Social em uma perspectiva Interdisciplinar (UFPR), Mestrado em Tecnologia e Sociedade e Doutoranda em Tecnologia e sociedade (UTFPR).

fue la investigación bibliográfica, durante la cual fue posible constatar que los intereses de la clase burguesa siempre han sido favorecidos por el Estado y son antagónicos a los del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. De esa forma, los derechos legales del Movimiento nunca fueron hechos efectivos; actualmente se busca combatir los retrocesos por medio de la educación.

Palabras-clave: MST; movimiento; lucha; educación.

1 Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo retratar os desafios e as conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Para isso foi necessário estudar o surgimento do MST dentro do contexto histórico brasileiro; a conquista da terra é um dos principais objetivos do movimento, juntamente com a reforma agrária e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Outros objetivos foram surgindo ao longo da história, especificamente na luta pela reforma agrária e pela educação dentro do MST. A metodologia utilizada para a construção desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002, p. 44), ela “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para o Serviço Social, que busca minimizar as expressões da questão social através da implementação e execução das políticas de equidade de forma coletiva, o MST — enquanto movimento social — tem afinidades com os princípios colocados no Código de Ética do assistente social, por ser um dos maiores movimentos sociais do Brasil dedicado à questão rural, através da justiça social e da reforma agrária. Dentro deste Movimento, criaram-se ao longo da história outras vertentes, que também se identificam com o que o Serviço Social defende.

2 Contexto histórico das lutas por território no Brasil

Desde o processo de colonização do Brasil, passando pelo Golpe Militar de 1964, até o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, ocorreram inúmeros fatores socio-históricos que nos levaram ao que o MST defende atualmente. Nesse processo, os povos indígenas já lutavam pela defesa dos seus territórios e esses enfrentamentos resultaram no extermínio e na escravização da população que originalmente aqui vivia. Nossos ancestrais indígenas defendiam seus territórios, seu direito ao trabalho e à sobrevivência (FERNANDES, 2000).

Entre 1723 e 1756, viveu um grande líder indígena, Sepé Tiaraju, que se tornou um símbolo de resistência e defesa territorial após ter sido assassinado pelos colonizadores europeus. O extermínio dos índios no decorrer do processo histórico também se repetiu com os

escravos trazidos da África e comercializados pelos europeus. Um dos principais líderes dos quilombos, Zumbi dos Palmares, foi assassinado após longos anos de resistência; de 1602 a 1694, ele deixou seu marco na luta pelo direito a um território livre, contrapondo-se aos escravocratas (FERNANDES, 2000).

À medida que o capitalismo foi tomando forma no Brasil, estabeleceu-se o trabalho livre, ou seja, a venda da força de trabalho. Entre os trabalhadores livres estavam os pequenos proprietários de terras — os chamados sitiantes —, os que moravam em terras alheias denominados de “agregados” e os negros e indígenas que, escravizados, tinham sido libertados ou haviam comprado a sua liberdade (FERNANDES, 2000).

O sistema capitalista trouxe uma ideia utópica de que a sociedade seria mais igualitária e com direitos legais trabalhistas. No decorrer da história, entretanto, podemos observar que isso não ocorreu. Um exemplo claro são os escravos que eram comercializados; só mais tarde, por influência de imigrantes italianos, conquistaram o direito de vender a sua força de trabalho por um salário. Mas outros problemas permaneceram; o tráfico de escravos foi substituído pelo tráfico de terras no decorrer do sistema capitalista (FERNANDES, 2000). Segundo Montaña e Duriguetto (2010), surgiram novos conceitos que, de certa maneira, ocultam questões sociais não atendidas.

[...] Cria-se até um conjunto de conceitos supostamente “neutros” que substituem categorias críticas de análise que mostram as contradições da realidade: a exploração é substituída pela “exclusão social”; a classe pelos vagos conceitos de “cidadão” ou “povo”; a sociedade civil como arena de lutas pela dócil noção de terceiro setor; as lutas de classes pela “ação social” ou pelo enganoso neologismo de “empoderamento”; o processo de desmonte da integração social do Estado tratado como “reforma do Estado”, “ajuste estrutural” ou “programa de estabilização”; a propriedade privada denominada agora como “iniciativa privada”; dentre uma infinidade de conceitos ideológicos, que não visam outra coisa do que esconder os fundamentos das reais contradições da ordem social vigente, resguardando e preservando a desigualdade e a denominação de classe (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 108-109).

Nesse mesmo contexto, de acordo com Fernandes (1999, 2020), os latifundiários obtiveram posses por meio da falsificação de documentos de terras alheias. Como consequência, ocorreu um grande fortalecimento dos camponeses, identificados na busca da propriedade privada junto aos escravos e indígenas que vagavam pelas ruas, impedidos de ter acesso à terra. Eles enfrentaram-se aos latifundiários que exploravam a força de trabalho dos camponeses e os expulsavam de suas terras. Visto que as propriedades eram formadas pelo trabalho dos camponeses e tomadas pelos coronéis, desde sempre, os camponeses, escravos e indígenas eram perseguidos pelos latifundiários e grileiros por meio da opressão e força física

dos capangas.

Em 1850, surgiram dois projetos de lei que limitavam a área da propriedade e possibilitavam a doação de terras aos camponeses, negros e indígenas, povos que sofreram genocídios por seus ideais antagônicos aos dos coronéis, donos das terras. A partir disso surgiu o partidarismo, que tornou os coronéis “controladores” da política e do território, criando o voto do cabresto. Isso motivou uma mobilização por parte dos negros, indígenas e camponeses, liderada por Antônio Conselheiro, que se estabeleceu no arraial de Canudos, um grande exemplo de organização e resistência camponesa no Brasil (FERNANDES, 2000).

A mobilização de Canudos, em 1896, tinha como prioridade a cooperação, a distribuição do direito à terra e a agricultura familiar, garantindo terras a todos aqueles que não tinham como produzir, como os idosos e desvalidos. Mais tarde, foram enfraquecidos pelo massacre sofrido pelas expedições militares:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (CUNHA, 1982, p. 433).

Em meados de 1908, ocorreu outro embate contra os camponeses, negros e indígenas, denominado Movimento do Contestado; igualmente atacado pelo poder dominante, tornou-se uma guerra que partiu novamente do coronelismo. Os afetados foram aqueles que lutavam por um pedaço de terra, liderados pelo monge José Maria, dessa vez priorizando a construção da ferrovia que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul — passando pelos estados do Paraná e Santa Catarina —, e parte dos 8 mil trabalhadores contratados que, ao finalizar a construção, ficaram desempregados. Com falta de terra e de emprego, milhares de famílias começaram a ocupar outras terras, submetidos a trabalhar como jagunços, como forma de sobrevivência (FERNANDES, 2000). De acordo com Martins,

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo (MARTINS, 1981, p. 62).

No Nordeste do Brasil, no século XX, formou-se o cangaço, movimento composto e criado por camponeses que sofriam grandes represálias e expulsões seguidas de genocídios de seus povos pelos coronéis. Estava formado também por rebeldes que atuavam na conquista de

território, ocupando fazendas e vilas. O grupo de cangaço assaltava os comerciantes e fazendeiros; no caso do grupo Lampião e outros, não havia distinção entre ricos e pobres, justamente com a intenção de romper o poder político econômico dos coronéis que na época possuíam o voto do cabresto (FERNANDES, 2000). As ações desses grupos demarcavam o espaço político, surgindo basicamente em todo o território brasileiro com ações de autodefesa, luta e resistência, consequências do contexto socio-histórico que seus antecedentes haviam sofrido.

Desde a Proclamação da República, os militares sempre estiveram presentes no contexto político brasileiro; na década de 30 apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas, mas, em 1945, derrubaram o seu governo com o apoio do ministro Marechal Eurico Gaspar Dutra. No fim da repressão de 10 anos de Getúlio Vargas, por volta de 1945, ocorreu uma mobilização por parte dos camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que se resistiram à expropriação e ao trabalho remunerado. A partir disso, formaram-se por todo o território nacional as Ligas Camponesas, com dependência e apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mais tarde, em 1947, já no governo Dutra, o PCB foi declarado ilegal, como uma violenta tentativa de reprimir as ligas; na maioria das vezes a violência foi assumida pelos fazendeiros e seus jagunços (FERNANDES, 2000).

No ano de 1954, em Pernambuco, criou-se uma sociedade de plantadores e pecuaristas que mais tarde se tornou a Liga Camponesa da Galiléia. Francisco Julião, deputado e advogado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), passou a representá-los quando reagiram à exploração de terra pelos donos de engenho. Por iniciativa do PCB e com o apoio da Igreja Católica, dividida em setor conservador e progressista, em 1954 foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), a fim de coordenar as associações camponesas e alianças entre os trabalhadores rurais (camponeses) e urbanos (operários). O único estado em que a ULTAB não se fortaleceu foi no Rio Grande do Sul, por conta do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) que se fixou no estado e teve influência do governador Leonel Brizola, resistindo e lutando por terras (FERNANDES, 2000).

No início dos anos 60, se consolidaram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); com elas, os trabalhadores conseguiram reaver condições para se organizar, contrapor-se às injustiças e reivindicar direitos. Logo após o nascimento das CEBs, em 1962, foram formadas novas ligas, decorrentes de enfrentamentos em outras regiões, onde diversas pessoas foram mortas na resistência à expropriação.

Além da ULTAB e da MASTER, foi criada também, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), cuja orientação sindical era defendida por sua

forma de organização, bem como pelas instituições que apoiavam a luta pelo território e pelo Estado. Entretanto, os movimentos camponeses enfraqueceram pelo fato de que os sindicatos se subordinaram ao governo. Nesse contexto, ocorreram diversos encontros, federações e confederações para disputar um espaço político. Ademais, com o intuito de obter o controle político, o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica disputavam esse espaço (FERNANDES, 2000).

Só então, a partir dessa conscientização, ocorreram as ocupações com o intuito de acabar com o monopólio de classe sobre os territórios, com o apoio do PCB e da Igreja Católica; elas tinham o objetivo de aplicar uma reforma agrária radical em etapas, divididas em pequenas reformas e em títulos. Com o começo do Golpe Militar, em 1964, os grupos criavam estratégias de defesa organizando guerrilheiros, quando ocorreram as primeiras prisões de trabalhadores e o grupo foi disperso pelas forças do exército (FERNANDES, 2000).

O Brasil passou por um longo e péssimo período de opressão e violência, onde a Democracia foi ferida e significou um grande retrocesso nos direitos legais de toda a classe trabalhadora. Esse período mais tarde ficou conhecido como Ditadura Militar, a qual durou de 1964 até 1979. O governo do período militar exerceu-se pela violência; os trabalhadores urbanos e rurais foram perseguidos, aniquilados e exilados, por conta da tentativa de controlar as questões agrárias. Implantou-se um modelo econômico capitalista muito severo no campo; o governo fez ofertas de isenções fiscais aos empresários, enquanto os salários dos trabalhadores eram cada vez menores, o que impulsionou fortemente os despejos das famílias camponesas, forçando muitos a migrarem do Brasil para o Paraguai (FERNANDES, 2000).

O Golpe Militar foi uma aliança política entre militares, burgueses, latifundiários, empresários e banqueiros, ou seja, todos aqueles que possuíam um maior acúmulo de capital e que, para benefício próprio, se uniram para destituir o Presidente João Goulart, colocando os militares no poder. Segundo Fernandes (2000), esse momento na história do Brasil significou um aumento na desigualdade social, que levou o país à miséria devido ao aumento da concentração de renda. Gerou também o maior êxodo rural da história do país, agravando a economia brasileira. Transformou-se o cenário rural com a mecanização, industrialização simultânea e o avanço tecnológico de alguns setores da agricultura, o que resultou no trabalho assalariado e no surgimento dos boias-frias que começaram a participar da luta por terras e pela reforma agrária.

Essa opressão do Estado foi uma tentativa de evitar que os camponeses participassem de decisões políticas e econômicas. A aliança do governo da época (militares e burguesia) não tratava a reforma agrária como uma questão política e econômica inerente ao capitalismo, mas

de forma marginalizada, o que gerou na década de 70 uma intensa miséria para os camponeses e produziu intensos conflitos. Sofrendo violência dos latifundiários desde o começo da ditadura, os camponeses sentiram a necessidade de encontrar formas de resistência e passaram a se reunir para discutir política em seus espaços de socialização; assim, foram desenvolvendo novos caminhos de resistência e lutas de classe camponesas.

Apesar da expansão do capitalismo no campo e da opressão dos militares que tinham todo o apoio da força privada — como jagunços, grileiros e grandes empresários que buscavam defender os interesses dos latifundiários —, o movimento dos camponeses nunca foi extinguido; acuado, seguiu na busca por novas formas de resistência. Continuou com seus objetivos pela Reforma Agrária, intensificando conflitos por melhores condições trabalhistas. Desse modo, os confrontos de resistência dos posseiros contra o processo de grilagem dos latifundiários, também se expandiram (FERNANDES, 2000).

Através da intensificação das lutas por território, os militares tinham como um dos principais objetivos colonizar para manter a dominação no que diz respeito à questão agrária. Com isso, em meados dos anos 70, o Estado deu início a diversos projetos de colonização, envolvidos com corrupção, nos quais as empresas se apropriavam das terras e se consolidavam novos latifúndios. Nesse sentido, especialmente os camponeses do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, migraram para as regiões de colonização. Entretanto, sem condições de sobreviverem, uma parte dos camponeses teve que retornar ao Sul ou migrar para outras regiões (FERNANDES, 2000).

De acordo com Fernandes (2000), a história da reforma agrária no território brasileiro é marcada por diversos organismos e projetos do Estado, como a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criada no governo Goulart e extinta no governo militar, dando início ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), bem como o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que tiveram o intuito de manter o controle dos conflitos pela terra. Outrossim, esses órgãos contribuíram para a promoção da concentração da terra. Ao reprimir a luta pela terra e a reforma agrária, na tentativa de refrear o avanço das reivindicações camponesas, adveio um novo movimento camponês no Brasil — o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST surge em 1979, no Centro-Sul do Brasil, quando ocorre a primeira ocupação do Movimento no Rio Grande do Sul, como forma de resistir à expropriação, expulsão e assalariamento dos trabalhadores. Ainda nesse ano, cerca de 110 famílias se instalaram na gleba Macali, terra que já havia sido ocupada pelo MASTER em meados de 60. O empenho pela conquista dessa terra era, também, a luta pela construção de um regime democrático. Sendo

assim, a construção do MST surgiu pela articulação com outras instituições, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pertencente à Igreja Católica. Então, o Movimento adquiriu um espaço político e sustentou a sua autonomia.

O MST é fruto de um contexto socio-histórico de enfrentamentos e resistência da população camponesa brasileira; o período de 1979 a 1984 foi um marco muito importante para o nascimento do Movimento, pois ocorreram muitas ações conjuntas dos camponeses. As questões políticas e econômicas foram fundamentais para os objetivos e vertentes do MST, já que o modelo de governo militar excluiu os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros, entre outros, das discussões políticas que eram de extrema importância para a sua principal fonte de renda: a Reforma Agrária. Essa política da “Modernização Conservadora” causou ainda mais concentração de propriedades privadas e a migração de mais de 30 milhões de famílias por todo o Brasil, motivando e impulsionando a luta e resistência dos camponeses, o que fortaleceu o Movimento até a atualidade (FERNANDES, 2000).

3 Luta pela reforma agrária

Quando se fala em conquistas territoriais do MST, deve-se primeiramente indagar o que é território. A respeito dos conceitos geográficos no âmbito da territorialização, o geógrafo Haesbaert (2004) apresenta uma conceitualização classista, para entender a relação entre territorialidade e sociedade. Segundo Haesbaert (2004, p. 16) “a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico cultural) do espaço pelos grupos humanos”.

Nesse contexto, a luta pela terra é antes uma luta contra a opressão do capital que expropria, se apropria e explora. No Brasil, os grandes latifundiários concentram a maior parte territorial em seu domínio; como decorrência desse problema histórico, verifica-se um aumento da pobreza no campo, superexploração do trabalho e desemprego. Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE) explicita que a concentração de terras, em 2006, estava na mesma proporção que há vinte anos, um fator que não foi resolvido com as políticas de assentamento dos governos José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A improdutividade da terra também é uma questão ainda sem solução, como consequência da especulação e reserva de patrimônio. De acordo com Godeiro (2015), 120 milhões dos 850 milhões de hectares estão improdutivos em cerca de 54 mil propriedades, quando essas terras poderiam ser utilizadas para funções sociais previstas

pela Constituição Federal de 1988, Artigo 186, que foi pautado pelo próprio MST. Dessa maneira, o movimento se mobiliza em ocupações desses territórios como forma de protesto e resistência.

O processo de ocupação emana junto com o surgimento do movimento, como um meio de territorialização. São famílias de camponeses trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pessoas que precisam de terra para trabalhar e que compõem os acampamentos geralmente instalados em terrenos improdutivos, como citado anteriormente. Essas pessoas vivem debaixo de lonas armadas, enfrentando dificuldades para comer, dormir, se higienizar e morar; por conta disso, pedem pela reforma agrária para que possam ter uma terra para trabalhar, produzir e viver. São 90 mil famílias vivendo em mais de mil acampamentos do MST, dispersos por 23 estados e o Distrito Federal (MST, 2010).

Mais que uma mobilização social, os acampamentos são um espaço de expressão e organização da política coletiva. Os acampados dentro do processo de ocupação realizam reuniões e assembleias para definir estratégias de reivindicações. A principal essência da ocupação é a democratização das relações sociais, gerando uma identidade coletiva que, por sua vez, exige a criação de uma consciência crítica do grupo. De acordo com Gramsci (1999):

[...] é preferível 'pensar' sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional — isto é, 'participar' de uma concepção do mundo 'imposta' mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais envolvidos desde sua entrada no mundo consciente —, ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1999, p. 93-94).

O processo de acampamento e ocupação de terras resulta nos assentamentos que, segundo o INCRA, “é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2020, n. p.). Já o MST tem uma visão diferente de assentamento, com um olhar de função social da terra e novo modo de interação comunitária:

As áreas agrícolas reformadas não podem ser apenas lugares de produção e trabalho. Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida (MST, 2010, p. 19).

Os assentamentos trazem uma nova maneira de produção agrícola; diferentemente do agronegócio, o Movimento adotou a agricultura familiar. Os dados publicados no Censo Agropecuário (2006) mostram que as pequenas propriedades, mesmo sendo menores em

território, além de empregar, também produzem mais. Sendo assim, o MST produz 74% do alimento da mesa dos brasileiros, mesmo possuindo apenas 24% das terras e com as piores condições de fertilidade de topografia. Já são mais de 100 cooperativas e mais de 1.900 associações dentro do assentamento que produzem principalmente arroz, feijão, leite, queijo, frutas, legumes e verduras, cumprindo com seu compromisso de gerar renda para o campo ao mesmo tempo em que eleva a qualidade de vida das famílias assentadas (MST, 2010).

Apesar das conquistas apresentadas acima, a produção camponesa ainda é oprimida e desvalorizada, perdendo espaço para o modelo agroexportador defendido e patrocinado pelo Estado. Um exemplo disso é o fato de o governo destinar, pelo Plano Safra 2009/2010, um montante de 93 bilhões para o agronegócio, enquanto para a agricultura camponesa apenas 15 bilhões. Os governos priorizam a agroexportação e o uso intensivo de agrotóxicos, de forma que 30% dos produtos provêm das grandes propriedades e vão para a mesa dos brasileiros, muitas vezes carregados de “venenos” (MST, 2010, p. 20).

Uma característica fundamental do modo de produzir camponês é a produção sustentável e orgânica, livre de “venenos”, com compromisso com a agroecologia, com a preservação da natureza, de forma antagônica ao agronegócio. Muitas vezes o MST ocupa áreas improdutivas e degradadas e, com o trabalho árduo das famílias produtoras, reverte esse quadro, tornando as terras produtivas e recuperadas para o plantio de alimentos. O MST compreende que, pela reforma agrária, esse novo processo de produção de alimentos sem agrotóxicos será expandido, levando alimentos saudáveis para a mesa dos brasileiros, além de preservar a natureza. Outro benefício é a renda gerada a partir das agroindústrias e da agricultura familiar, que faz com que os camponeses tenham melhores condições de vida dentro dos assentamentos (MST, 2010, p. 44).

Mesmo com 35 anos de história lutando pela reforma agrária, não há lei sancionada pelos governos sobre esta questão; assim, o MST criou uma proposta de reforma social agrária visando — como mudança na estrutura social e da terra — as seguintes principais medidas:

1. O acesso à terra;
2. Organização da produção rural;
3. Água para todos;
4. O Estado deve desenvolver instrumentos de política agrícola voltada para os interesses do povo;
5. A industrialização do interior do país;
6. Um novo modelo tecnológico;
7. A educação no campo;

8. A desenvolvimento da infraestrutura social no meio rural;
9. Instrumentos administrativo-institucionais do Estado que favoreçam os assentamentos (MST, 2010, p. 43-45).

Além disso, o MST está à frente na luta contra a criminalização dos movimentos sociais, principalmente referente ao próprio movimento, que é perseguido pelo Estado. São inúmeras as mortes de líderes de assentamentos pelos latifundiários e seus apoiadores, assassinos que não são localizados e/ou presos por falta de investigação. A violência sem fim no campo aparece de formas diferentes; além dos assassinatos, acontece a expulsão das famílias de suas terras, a negligência de acesso a serviços públicos e a perseguição da mídia. Outrossim, o movimento segue na resistência contra o aparelho opressivo do Estado, pedindo uma nova organização social (MST, 2010).

4 A luta pela democratização da educação

A luta dos Sem-Terra não se resume à reforma agrária; muito além disso, uma das questões elementares para o movimento é a democratização do conhecimento no campo. O analfabetismo no meio rural é uma problemática histórica, que advém da falta de implementação de políticas educacionais. Como consequência disso, há evasão escolar devido à escassez de equipe adequada, à pequena carga horária e inadequação do currículo (GAJARDO, 1988).

O Estado, para não reconhecer como legítima a ocupação de terras, tampouco reconhece a cidadania das pessoas que lá vivem. O governo ausenta-se da questão da educação das crianças camponesas; assim, o MST busca encontrar uma alternativa para manter as crianças estudando dentro dos assentamentos, pautando primeiramente na promoção de formação de professores qualificados para suprir essa necessidade (BEZERRA NETO, 1999). A partir disso, um primeiro passo foi dado para iniciar esse processo; cria-se em 1993 a Escola Nacional de Formações, que teve a sua primeira turma na escola “Uma Terra de Educar”, em Braga, noroeste do Rio Grande do Sul (CALDART, 1997). Pouco depois, com a consolidação das turmas, foi criada a Oficina de Capacitação Pedagógica (OFOC) que trouxe significativo aumento na formação de educadores do MST.

As OFOCS então foram responsáveis pela definição de quem poderia ou não ser um educador no MST; segundo Roseli Caldart, essa conceitualização só poderia ser dada se:

[...] as pessoas que têm como atividades principais (não necessariamente exclusivas) no MST as seguintes: trabalho de magistério, ou outro, em escolas de assentamentos;

monitoria ou assessoria ao trabalho de educação de jovens e adultos (alfabetização e pós-alfabetização); monitoria ou assessoria ao trabalho de educação infantil (“creche” e “pré-escola”), mobilização e organização das comunidades de assentamentos e acampamentos para garantir a educação escolar adequada, organização e acompanhamento dos cursos supletivos de 1º e 2º graus viabilizados pelo Movimento, trabalho de formação de professoras/es e monitores/as (CALDART, 1997, p. 16).

O MST tem como prioridade um novo modelo de educação que, paralelamente, visa mudar, no âmbito nacional, a visão pedagógica hoje implantada. Porém, o currículo e método de ensino são padronizados pelo governo e têm uma visão conservadora da educação (HADDAD, 1994); dessa forma, se opõem ao novo modelo proposto pelo MST que, em sua essência, é a práxis da ideologia do movimento: a teoria e, simultaneamente, o trabalho, a prática. Nesse quadro, é essencial que os professores sejam formados dentro do próprio Movimento, pois terão vivência campesina para articular a educação com o meio rural. Segundo o educador Haddad (1994):

O MST pretende fazer escola ‘diferente’, profundamente integrada ao assentamento, que seja simultaneamente lugar de estudo e trabalho, em que os alunos aprendam a organizar-se e participem democraticamente. Tem por objetivo formar militantes que deem continuidade a sua luta, ‘sujeitos de práxis’, dotados de clareza de objetivos, consciência organizativa, conhecimento teórico e competência prática (HADDAD, 1994, p. 47).

A proposta pedagógica para a formação das crianças é a metodologia de Paulo Freire, que propõe uma abordagem sociocultural, ou seja, colocando o indivíduo frente à sua realidade para que possa assumir uma postura crítica e transformar o modelo de opressão em que se encontra. Assim, criam-se indivíduos com senso crítico ao atual quadro político para que possam, além de receber conhecimento sobre as matérias vigentes no currículo, serem capazes de enfrentar a máquina opressora do Estado, seguindo seu próprio modo de pensar.

Dessa forma, o MST criou suas próprias escolas — itinerantes — dentro dos assentamentos, mantidas pelo próprio Movimento. Apesar das dificuldades, elas funcionam normalmente; porém, em alguns estados, não são reconhecidas pela Secretaria de Educação por serem irregulares até o presente momento. No entanto, na maioria dos casos, o estado fornece equipamentos e professores para que a educação seja integrada nesses locais de área rural. O Movimento conseguiu consolidar, segundo os dados do MST, 50 instituições de ensino:

Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História) (MST, 2010, p. 240).

No assentamento do Contestado, localizado no Paraná, cidade da Lapa, foi construída a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA). Essa escola foi instaurada pela Via Campesina juntamente com o governo do Paraná e o Instituto Federal do Paraná (IFPR), também contando com o apoio da Venezuela. A ELAA abriu novos horizontes para os assentados, dando-lhes uma nova perspectiva de educação e especialização. Já se formaram três turmas desde o seu surgimento em 2005, a quarta ainda está em formação. Além disso foi criado mais um curso, o de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia, que está em sua primeira turma.

No mesmo território do Contestado, encontra-se uma escola de nível fundamental, a Escola Municipal do Campo Contestado, sob responsabilidade também do ELAA. A partir do ensino médio, educação de jovens e adultos, a escola passa a ser o Colégio Estadual do Campo Contestado. A exemplo dessas instituições de ensino, compreende-se que é possível uma educação de qualidade dentro dos assentamentos; assim, evita-se o êxodo rural, fortalecendo o movimento.

5 Considerações finais

Com base nesta pesquisa, pode-se observar que, historicamente, o Estado se opôs à questão da reforma agrária e à redistribuição de terras, pois são políticas que interferem nos interesses da classe burguesa; ou seja, o Estado ofereceu apoio àqueles que possuem maior poder aquisitivo, causando a exclusão da classe trabalhadora rural no âmbito político e econômico, desde as guerras messiânicas até o agronegócio dos dias atuais.

O Estado administrou as questões sociais de acordo com as necessidades da burguesia, o que fica mais evidente nos momentos de repressão da sociedade civil, principalmente nas disputas por territórios no período da ditadura militar de 1964, marcado por muita violência e incontáveis mortes. Esse genocídio em vários momentos enfraqueceu os movimentos de luta pela terra. Já nesse período havia uma proposta salarial do Estado para o trabalhador rural, que impedia às famílias camponesas de possuir e produzir nas terras. Entretanto, a conscientização e a busca por terra para a sobrevivência de milhares de famílias foram essenciais para que os movimentos superassem as atrocidades vividas durante esse contexto socio-histórico.

O Movimento entende que é inaceitável o envenenamento do povo brasileiro para suprir os fetiches do capital, substituindo a mão de obra do trabalho no campo pela maquinária. Em vista disso, propõe um novo modo de produção agroecológico e de agricultura familiar. Para que isso seja materializado, o MST cria suas próprias agroindústrias cooperativas — como a Terra Viva —, e a inclusão dos produtos do MST no Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Como são pouco reconhecidas perante a sociedade e invisibilizadas pela mídia, isso impede que a informação chegue ao conhecimento do povo de forma positiva e benéfica, atrasando o processo de luta pela reforma agrária.

Ademais, a educação tem grande importância dentro do MST, principalmente pelo fato de que o meio rural tem maior quantidade de analfabetos em relação à área urbana. Por isso, o MST tem a preocupação por democratizar a educação no campo, onde crianças, adolescentes e adultos se encontram. Além das matérias que estão na grade curricular nacional, adicionam matérias relacionadas à área camponesa como a agronomia e o plantio, essenciais no meio em que vivem.

Ademais, consideram importante criar autonomia nos estudantes para que possam desenvolver senso crítico, o que é muito criticado pelos conservadores, que acreditam que o Movimento está implantando uma ideologia socialista nas crianças e adolescentes dos assentamentos e usando-os como massa de manobra para disseminar seus pensamentos. Contudo, se analisarmos as políticas educacionais camponesas, constatamos que o Estado capitalista se ausenta, pois oferece um acesso inviável a essa população rural, o que traz como consequência o agravante do analfabetismo e a evasão escolar. Dessa forma, os Sem-Terra buscam ampliar o conhecimento através de escolas itinerantes e universidades dentro dos assentamentos, que possibilitam minimizar os impactos causados por governos antagônicos ao Movimento.

Logo, conclui-se que, apesar de tantas críticas e perseguições advindas do governo e da sociedade, o MST conquistou e vem conquistando acesso a uma educação de qualidade no campo. O coletivismo e o destaque de Paulo Freire como intelectual educador nas escolas dos assentamentos incomodam ao Estado e à elite, pois isso leva os cidadãos formados nesse contexto a lutarem contra toda forma de opressão e desigualdade social, podendo assim criar resistência e revolução.

Referências

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina**: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016. Acesso em: 20 abr. 2019.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 maio 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **NERA**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, Brasil, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista da ABRA**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 1-3, jan./dez. 1999. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1RbQ7Hh4u6TWbvc29x-eOXn-QFC0nOc1V/view?usp=drive_open. Acesso em: 27 set. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GAJARDO, M. **Enseñanza básica en las zonas rurales**. Chile: UNESCO/OREALC, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODEIRO, Nazareno. **Riqueza e pobreza no campo brasileiro: a luta contra o agronegócio no século 21**. São Paulo: Sundermann, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GROFF, Apoliana; MAHEIRIE, Kátia; PRIM, Lorena. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 113-128, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2019.

HADDAD, Sérgio. **Educação de trabalhadores rurais sem terra**. Brasília: MEC/INEP/CRIE, 1994. (Série Inovações Educacionais).

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. 2004. Disponível em <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/13719-asi-censo-agro-2006-ibge-revela-retrato-do-brasil-agrario.html#:~:text=O%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio%202006%20revelou,nos%20C3%BAltimos%20vinte%20anos...&text=Em%202006%2C%20os%20cerca%20de,comum%>

20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20bovinos. Acesso em: 06 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 06 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. O que é um Assentamento? **INCRA**, Brasília, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html#:~:text=Basicamente%2C%20o%20assentamento%20rural%20%C3%A9,pertencia%20a%20um%20%C3%BAnico%20propriet%C3%A1rio>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MST. **A luta continua**: Como se organizam os assentados. São Paulo: Secretaria do MST, 1986. (Caderno de Formação, 10). Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. **Nossas prioridades**. 3º Encontro Nacional. São Paulo: Secretaria do MST, 1987. (Caderno de Formação, 12). Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-10-a-luta-continua-como-se-organizam-os-assentados/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. **Lutas e conquistas**. 2010. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PIANA, Maria Cristina. **A construção da pesquisa documental**: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional [online]. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

O ESTATUTO DA TERRA. *In*: **Reforma Agrária no Brasil**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/estatuto-da-terra.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648113/mod_resource/content/1/Mello%20%282001%29%20-%20A%20viol%C3%Aancia%20urbana%20e%20a%20exclus%C3%A3o%20de%20jovens%20%5Bleitura%20principal%5D.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.